

ROUSSEAU E O MITO DE GLAUCO: UMA REFLEXÃO EM TORNO DA ÉTICA DA INFORMAÇÃO ¹

ROUSSEAU AND THE MYTH OF GLAUCUS: A REFLECTION ON INFORMATION ETHICS

ISRAEL ALEXANDRIA COSTA

Doutor, Universidade Federal do Alagoas, UFAL

israalexandria@gmail.com

RESUMO

O escopo deste texto é pensar a ética e a responsabilidade na disseminação de dados informacionais à luz do pensamento de Jean-Jacques Rousseau com base em uma hermenêutica sobre a passagem da alegoria platônica da estátua de Glauco tal como aparece no *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. No exame dessa passagem, que remonta ao mito do Glauco marinho referido nos diálogos *A República* e *As Leis*, de Platão, além de textos extraídos do livro *Metamorfoses*, de Ovídio, delineia-se um conceito de ética da informação que reafirma a inseparabilidade — sugerida pela máxima heraclitiana *ethos anthropou daimon* — entre a *forma* ética e a *ação* política, destacando a existência de uma ponte que liga, de um lado, a noção de *daimon* enquanto ação identificada a uma finalidade eudaimônica, tal como a concebe Aristóteles na *Ética a Nicômaco* e, de outro, a noção de *ethos* enquanto noção identificada ao caráter deontológico, tal como o concebe Kant na *Crítica da Razão Prática*. Trata-se de uma perspectiva na qual o maravilhamento que se faz acompanhar das nuances da magia metamorfoseante operadas pela feiticeira Circe no interior da narrativa mítica representa o passo filosófico do *thaumadzein* em direção a uma *ética do reconhecimento* fundamentada no reconhecimento de que o indivíduo humano, mesmo no seio da mais corrupta sociedade, permanece essencialmente bom e livre para ativar o poder mágico da transformação que o torna aparentado ao divino. A relevância prática e contemporânea dessa reflexão se mostra em face do fenômeno da desinformação viabilizada pela disseminação antiética dos dados informacionais, em que o conceito de sociedade da informação, enquanto harmonia entre a forma do *ethos* da contemplação filosófica e a ação do *daimon* político, permanece sendo um desafio à inteligência voltada ao problema da responsabilidade ética na atualidade.

Palavras-chave: Ética. Filosofia. Iluminismo. Informação. Política.

ABSTRACT

The scope of this text is to analyze ethics and responsibility in the dissemination of informational data in light of Jean-Jacques Rousseau's thought, based on a hermeneutics of the passage about the Platonic allegory of the statue of Glaucus as it appears in the *Discourse on the Origin and Basis of Inequality Among Men*. In examining this passage, which harks back to the myth of the sea-god Glaucus referenced in Plato's dialogues *The Republic* and *The Laws*, in addition to texts extracted from Ovid's *Metamorphoses*, an Information Ethics concept is delineated. This concept reaffirms the inseparability—suggested by the Heraclitean maxim *ethos anthropou daimon*—between the ethical form and political action, highlighting the existence of a bridge that connects, on one side, the notion of *daimon* as action identified with a eudaimonic purpose, as conceived by Aristotle in the *Nicomachean Ethics*, and, on the other, the notion of *ethos* as identified with the deontological character, as conceived by Kant in the *Critique of Practical Reason*. This is a perspective in which the wonder accompanying the nuances of the metamorphosing magic wrought by the sorceress Circe

¹ Recebido em 09/09/2025. Aprovado em 19/10/2025.



within the mythical narrative represents the philosophical step of *thaumadzein* (wonder) toward an ethics of recognition. This ethics is grounded in the acknowledgment that the human individual, even within the most corrupt society, remains essentially good and free to activate the magical power of transformation that makes them akin to the divine. The practical and contemporary relevance of this reflection is shown in the face of the phenomenon of disinformation made possible by the unethical dissemination of informational data, where the concept of the information society, as a harmony between the form of the *ethos* of philosophical contemplation and the action of the political *daimon*, remains a challenge to the intelligence focused on the problem of ethical responsibility today.

Palavras-chave: Ethics. Philosophy. Enlightenment. Information. Politics.

1. INTRODUÇÃO, OU DA NARRATIVA MÍTICA DO GLAUCO MARINHO

Das muitas versões da narrativa mítica do Glauco marinho, destacamos a que se aproxima daquela descrita em *Metamorfoses*, de Ovídio (2003), segundo a qual, certo dia, um pescador de aparência divina² chamado Glauco³, sentado no alto de um rochedo em que pescava com caniço e linha, ao colocar os peixes capturados sobre uma relva até então intocada, percebeu que eles pulavam de um lado para o outro em terra, como fazem na água, fugindo para o mar e abandonando seu novo dono e a praia. Maravilhado e inseguro durante muito tempo, Glauco procura saber a causa de tal fato, se seria algum deus, ou algum suco existente na erva. Que planta pode ter semelhante virtude?, pergunta a si mesmo e arranca um punhado de folhas e mastiga-as. Mal chegaram à sua garganta os sucos desconhecidos da planta, sente o coração bater descompassadamente e o domina um desejo profundo de mudar de natureza. Incapaz de resistir, exclama: Não voltarei jamais, ó terra, adeus! E mergulha nas ondas.

Os deuses do mar o acolhem e o honram como companheiro, suplicando a Oceano e a Tétis que o privem de tudo que havia de mortal. É então que Glauco se metamorfoseia em uma criatura marinha de ombros enormes, barba esverdeada, cabeleira que varre a superfície do mar, braços azulados da cor do céu e, em vez de pernas, barbatanas iguais às dos peixes. E, dentre as metamorfoses sofridas por Glauco, destaca-se a do esquecimento.

A metamorfose do esquecimento é, dentre todas as metamorfoses sofridas por Glauco, a que se destaca por ser um produto da misericórdia dos deuses: estes o impedem de reter na

² Essa aparência é a própria forma ética que, em sua origem e seu fundamento, é a mais exata mimesis da forma divina, cuja perfeição implica uma imobilidade refletida na imagem da forma escultural em estado de ataraxia [serenidade, livre de intempéries, ondas e tempestades]. Sua perfeita ataraxia escultural era pura formosura; ele era uma imagem do eterno e do imutável.

³ O nome *Glauco* remete ao nome científico de um molusco marinho chamado *Glaucus atlanticus*, popularmente conhecido como “dragão azul”. É uma espécie que flutua de boca para baixo, mantida nessa posição pela tensão superficial das águas do oceano, e apresenta comportamentos canibais. Ao consumir caravelas, recolhe destas o veneno e o mantém em sacos especializados localizados nas pontas dos seus apêndices (dedos).

memória a sua antiga forma humana, a fim de dar plenitude ao novo ser esquecido por completo de quem ou do que era antes da sua metamorfose.

Apesar de ele mesmo haver se esquecido do seu próprio nome, os habitantes do estreito de Zancleia⁴ continuam chamando a criatura metamorfoseada de “Glauco marinho” em razão da coincidência entre o sumiço do pescador e a aparição do monstro cuja cabeleira se deixa notar quando a criatura singra as superfícies das águas que separam o sul da península itálica e a ilha da Sicília, pois os habitantes da região assumem que teria ocorrido a Glauco o mesmo que ocorrera a Melicertes⁵ que, após ter caído no mar, foi transformado na divindade marinha Palemon.

A narrativa mítica dá conta de que, certo dia, nadando em meio do estreito de Zancleia, Glauco marinho é tomado de desejo por uma bela jovem despida que ele avista banhando-se em um recesso de águas tranquilas à beira de uma praia da costa italiana, em frente às muralhas de Messena. Imediatamente, ele nada em direção a ela, que não era outra senão a belíssima nereida Cila.

Cila, ao notar a aproximação de tão grotesca criatura, foge, com a rapidez dos passos estimulados pelo medo e pela repulsa, até o alto de um morro situado perto da praia, de onde Glauco marinho, tendo repentinamente se lembrado da sua origem, conta para ela tudo que julga capaz de retardar a fuga da donzela: “Não sou um monstro nem uma fera cruel, ó donzela, mas um deus da água. Proteu, Tritão e Palemon, filho de Atamas, não têm mais poder sobre o mar do que eu tenho. Antes, contudo, fui mortal [...]” (Ovídio, 2003, p. 227).

E, em meio a todo esse esforço para comunicar à donzela o seu amor e a sua devoção, depois de descrever tudo o que se passara com ele com as palavras mais tocantes, durante uma pausa em que ele procurava mais palavras para impressioná-la, Cila o abandona. Glauco

⁴ Atual Messina, comuna italiana da região da Sicília. É no estreito marítimo de Zancleia — atual “estreito de Messina” — que o personagem Odisseu enfrenta os perigos das rochas ambulantes e dos monstros Caríbdis e Cila, um perigo alusivo ao de um mar profundo e violento onde um navio malconduzido pode facilmente naufragar na tentativa de passar pelo apertado corredor marítimo entre a costa sul da península itálica e a costa norte da ilha da Sicília.

⁵ Melicertes é o nome humano original de Palemon, a divindade marinha guardião de navios e portos. A metamorfose Melicertes-Palemon remonta à tragédia protagonizada por seu pai Atamante e sua mãe Ino. Esta, diante da fúria de Atamante, que começava a matar Learco, o irmão de Melicertes, lança-se com este ao mar a fim de salvá-lo da loucura do pai. Uma vez mergulhados nas águas, Ino transforma-se na deusa Leucótea e Melicertes em Palemon ou Portunus.

marinho, enfurecido e irritado com a repulsa, dirige-se ao palácio encantado de Circe⁶, a quem suplica:

Deusa, tem piedade de um deus, suplico-te! Eis que somente tu podes aliviar, se me achares digno desse favor, de uma grande paixão. Ninguém conhece melhor o poder das plantas, ó filha do Titã, do que eu, que fui por elas transformado. E, para que saibas qual é a causa de meu desvario, contar-te-ei que vi Cila, na costa italiana, em frente das muralhas de Messena. Tenho vergonha de repetir as minhas promessas, as minhas súplicas, as palavras carinhosas que foram desprezadas. Tu, porém, que tens tanto poder nos encantamentos, profere um encantamento com a tua boca sagrada; se há uma planta efficacíssima, recorre à virtude de tal planta. Não te peço, porém, um remédio, nem a cura do meu mal. Não quero pôr fim à minha paixão, e sim fazer com que Cila compartilhe do meu ardor (Ovídio, 2003, p. 229).

Ao que Circe responde:

Farias melhor se te prendesses a uma mulher cujo desejo correspondesse ao teu, que fosse presa de uma igual paixão. Mereces ser solicitado primeiro, podes ser, sem dúvida alguma; e, se esperares, acredita-me, o serás, não sejas desconfiado, nem duvides de tua beleza. Eu mesma, deusa que sou, filha do brilhante Sol, que tanto posso com os meus encantamentos e as minhas plantas milagrosas, quero ser tua. Despreza a que te despreza, retribuas o interesse por ti (Ovídio, 2003, p. 230).

A essas sugestões tentadoras, Glauco, entretanto, replica: “Antes nascerão folhas no mar e algas no alto das montanhas do que, vivendo Cila, eu ame uma outra” (Ovídio, 2003, p. 230). É, então, que a deusa, indignada por não poder afetar o próprio Glauco, volta a sua ira contra a preferida e, sem tardar, macera plantas execráveis, sucos horríveis e, misturando as ervas trituradas às palavras de encantamento dirigidas a Hécate, atravessa a multidão das suas feras ávidas de carinho e, após caminhar sobre agitadas ondas como se estivesse pisando em terra firme, chegando à pequena gruta de teto arredondado onde Cila gostava de procurar sossego em seu lago tranquilo, polui o lugar com venenos portentosos, esparge líquidos tirados de uma raiz malsã e, com sua boca de feiticeira, murmura encantamentos obscuros num conjunto misterioso de palavras desconhecidas.

Quando Cila chega à gruta e entra na água até a cintura, vê suas virilhas rodeadas de monstros horripilantes, que ladravam. A princípio, não acreditando que eles fizessem parte do seu corpo, foge, tenta enxotá-los, apavorada com a violência daqueles cães. Ao fugir, porém, os arrasta consigo e, procurando seu corpo, as coxas, as pernas, os pés, encontra, em vez deles, cérberos de boca escancarada. Se se levanta, apoia-se naquela matilha furiosa. Mutilada a partir das virilhas e do ventre, ela só conserva o tronco, preso pelas costas àquelas feras.

⁶ Circe desempenha o papel de agente transformador animalizante, conectando-se diretamente à ideia da corrupção ética. Na *Odisseia*, ela é a feiticeira que transforma em porcos os companheiros de Odisseu que não estavam em posse de si mesmos. Odisseu não é transformado por Circe precisamente por estar em posse de si enquanto indivíduo humano, não permitindo se transformar nem em um animal, nem em um deus, conforme o relatado na sua aventura com Calipso.

Quando Glauco a vê, chora e foge, recusando unir-se tanto a Cila, que agora se lhe afigurava monstruosa, quanto a Circe, em razão do excesso no uso dos seus feitiços.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A releitura platônica do mito do Glauco marinho

No Livro X da *Politeia* — doravante *A República* —, dedicado à descrição do atual estado da alma humana, Platão faz uma releitura do mito do Glauco marinho na qual o aspecto predominante do estado originário de Glauco é a sua beleza divina figurada em estátua erigida sobre uma rocha elevada em meio ao mar, de modo que a dinâmica da metamorfose que transforma Glauco em uma criatura grotesca é figurada pela *transformação* da estátua por intempéries marítimas que *deformam* a *forma* originária mediante a *adição* e a *subtração* de dados:

Nós vimo-la [a alma humana] seguramente num estado comparável ao de Glauco marinho. Quem o vir, não reconhecerá facilmente a sua natureza primitiva, devido ao facto de, das partes antigas do seu corpo, umas se terem quebrado, outras estarem gastas, e todas deterioradas pelas ondas, ao passo que outras se sobrepuseram nela — conchas, algas ou seixos —, de tal modo que se assemelha mais a qualquer animal do que ao seu antigo aspecto natural. É assim também que nós vemos a alma, abatida por milhentos vícios (Platão, 2001, pas. 611d, p. 480).

2.2 Leitura da narrativa em uma perspectiva platônica

É possível fazer uma leitura da narrativa do mito do Glauco marinho a partir de uma perspectiva platônica na medida em que a criatura metamorfoseada e esquecida de si representa a alma presa no fundo da caverna; em que o desejo que impulsiona a criatura é um eros dirigido à beleza, conforme consta no diálogo *O Banquete*; em que o objeto de desejo da criatura é uma *aletheia* da alma em relação ao seu próprio estado originário; em que Circe representa o poder metamorfoseante que o amante da beleza corporal possui na medida em que, abandonando um belo corporal, se abre à possibilidade de mudar de natureza subindo, como que servindo-se de degraus, de um só para dois e de dois para todos os belos corpos, e dos belos corpos para os belos ofícios, e dos ofícios para as belas ciências até que das ciências acaba naquela ciência, que de nada mais é senão daquele próprio belo, e conheça enfim o que em si é belo.

Se é verdade que a história do Glauco marinho termina em uma tragédia, não é menos verdade que ela revela a possibilidade de uma metamorfose que o salvaria através do poder “circente” a que ele teve acesso. Assim como os filósofos da República de Platão, Glauco teria a possibilidade de moldar a si mesmo para chegar ao seu antigo estado que, no fundo, era o que ele amava, pois Cila nada mais é que o espelho da antiga beleza de si mesmo revelada

em seu momento de *aletheia* e de *maravilhamento*. Seu erro não foi amar a beleza que ele já tinha em si, mas amar um corpo alheio que servia de receptáculo da beleza. Circe mostrou-lhe isso, por isso ela tem uma função pedagógica importante no mito: “não duvides de tua beleza”, diz ela.

2.3 A forma ética e a reverência platônica pela arte egípcia

Platão, no livro II de *As Leis*, reverencia⁷ uma das características da arte estatutária egípcia que é a de fazer estátuas divinas que não são colocadas em meio ao mar, a fim de que sejam vistas ou exibidas publicamente e se deteriorem, e sim no fundo interior das pirâmides, feitas para conter uma aura religiosa, livre da exibição e, sempre que possível, da visão, como assinala Benjamin ao falar da diferença entre autenticidade e inautenticidade em matéria de arte. Com efeito, a degradação da estátua de Glauco, tal como descreve Platão, equivale à degradação dos elementos centrais da sua aura teologal na medida em que o “valor único da obra de arte ‘autêntica’ tem sempre um fundamento teológico” (Benjamin, 1987, p. 171).

Esse valor aurático se liga ao que o Sócrates, personagem do diálogo *A República*, identifica como sendo a forma originária da estátua divina, o *ethos* [caráter] da alma, que deveria se manter preservada em um espaço sagrado, protegida da exibição e das deformidades desencadeadas pelo mar das intempéries políticas a fim de que não se deformasse nem pelos excessos — que o mito platônico faz representar por algas, conchas e seixos grudados sobre a estátua — nem pelas faltas representadas por quebras, desgastes e deteriorações sofridas pela substância da estátua.

2.4 A forma ética e o *daimon*

Na perspectiva desse Sócrates, a forma da estátua, o seu *ethos* ou caráter, deveria coincidir com o seu *daimon* ou destino. Como Heráclito, Sócrates acreditava que o *ethos anthropou daimon*, ou seja, que o caráter ético do humano deve ser o seu destino, e, reciprocamente, que a ação destinal do humano deveria ser a sua forma ética. No tocante ao tema da informação, isso corresponde à perspectiva ética que reclama a inseparabilidade entre *forma* e *ação*. Uma ética da informação é uma ética que reconhece a enorme importância da inseparabilidade entre o ser enquanto *forma* filosófica deontológica e o devir enquanto *ação* política eudaimônica.

2.5 A forma ética na perspectiva deontológica

⁷ “Se o examinares, verás que as coisas pintadas ou esculpidas lá [no Egito] há dez mil anos (e quando digo dez mil anos, não se trata de força de expressão, mas de literalidade) não são nem melhores nem piores que as produções de hoje, mas sim confeccionadas com a mesma técnica” (Platão, 2010, Livro II, 656e, p. 108).

Essa perspectiva socrática no personagem de *A República*, na medida em que pugna pela unidade entre a forma filosófica deontológica e o devir enquanto ação política eudaimônica, é semelhante à de Kant, para quem a *forma ética pura* é a *boa vontade* figurada como uma espécie de estátua conservada no interior de uma arquitetura puramente racional que, como as arquiteturas egípcias que protegem suas estátuas divinas feitas para ficar exclusivamente no interior de catacumbas, livres das intempéries do mundo da experiência fenomênica, protege a estátua da boa vontade das deteriorações desencadeadas pelas intempéries dos interesses políticos. Os temporais da política e dos interesses, assim como os temporais do mar, deterioram a estátua da boa vontade ao acrescentar interesses que inclinam a vontade à obediência a outros móveis além do móbil ético que Kant formula em termos de imperativos categóricos da razão.

2.6 A forma ética e a noção de estatuto ético

Para reconduzir essa reflexão ao campo da ética da informação, é preciso compreender que, em Platão, *alma* é conceito permutável pelo de *cidade*, enquanto o conceito de cidade é permutável pelo de alma. Desse modo, podemos dizer que a alma-cidade é, em seu estado originário, uma forma ética deontológica representada no estado primitivo da estátua de Glauco. Essa estátua primitiva é uma forma “aparentada com o divino, o imortal e o eterno” e, como tal, se traduz, na linguagem do direito institucional, pelo conceito de *estatuto*.

2.7 A forma ética e a ação ética

Com efeito, um estatuto é, de certo modo, uma estátua. A alegoria da estátua de Glauco sugere que, quando vemos um estatuto ético — em seu sentido de configuração formal deontológica — passar por um processo de transformação, é tarefa ética separar o que há de monstruoso e o que há de belo, pois a *ação* ética é dirigida pelo amor à bela *forma* originária. Ética e filosofia, na medida em que se definem igualmente como formas de amor à beleza e à sabedoria originárias, *formas* que guiam as escolhas éticas e poéticas em que se separa o que há de monstruoso e o que há de belo em matéria de *ação*.

Em uma sociedade da desinformação que começa a suspeitar do caráter utópico da expressão “sociedade da informação”, a ética e a filosofia enfrentam a questão de saber o que é informação e como pensá-la. Neste enfrentamento, existe o desafio ontológico de saber o que é, e o que não é *informação*, além do desafio ético da responsabilidade no tocante ao processamento dos dados de que se depende para a reforma do estatuto moral contemporâneo dirigido à constituição de uma sociedade da informação. O desafio que Platão lança para as almas humanas ao remetê-las ao mito do Glauco marinho, de arranjar os “dados” do mundo circunvizinhante de modo a que sua forma retorne a ser aparentada ao divino, permanece vivo

a um século que compreendeu sua miséria ética, que sabe da impossibilidade de realizar uma verdadeira “sociedade da informação” enquanto a forma ética for ignorada pela ação.

2.8 Rousseau e a formação ética no contexto da desigualdade social

Na obra *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, de 1753 — doravante *Discurso sobre a origem da desigualdade* — de autoria atribuída ao filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1964, v. 3, p. 122), lê-se a seguinte passagem:

Como a estátua de Glauco, que o tempo, o mar e as intempéries tinham desfigurado de tal modo que se assemelhava mais a um animal feroz do que a um deus, a alma humana, alterada no seio da sociedade por milhares de causas sempre renovadas, pela aquisição de uma multidão de conhecimentos e de erros, pelas mudanças que se dão na constituição dos corpos e pelo choque contínuo das paixões, por assim dizer mudou de aparência a ponto de tornar-se quase irreconhecível e, em lugar de um ser agindo sempre por princípios certos e invariáveis, em lugar dessa simplicidade celeste e majestosa com a qual seu autor a tinha marcado, não se encontra senão o contraste disforme entre a paixão que crê raciocinar e o entendimento delirante.

2.9 A dimensão infoética da alegoria da estátua em Rousseau

A ideia de ética enquanto forma de vida ativa e dotada de caráter destinal é aludida neste passo pela expressão “agindo sempre por princípios certos e invariáveis”, mas, em vez de falar em termos de corpo e alma, Rousseau fala em termos de indivíduo e sociedade, assinalando que o homem da natureza originária, enquanto indivíduo, nasce de boa *forma*, mas a sociedade humana *deforma* esse indivíduo, tanto através de *perdas deformantes*⁸ quanto de *aquisições deformantes*⁹.

Esse passo do pensamento de Rousseau alude à dimensão infoética da alegoria da estátua de Glauco na medida em que ressalta os significados éticos das palavras *forma* e *ação* presentes na palavra *in-forma-ação*.

Rousseau recupera aqui a ideia de que a forma “aparentada com o divino, o imortal e o eterno” (Platão, 2001, pas. 611e, p. 480) pode ser aproximada, nesse contexto, à forma deontológica que preside a excelência da ação política; dialoga com a tese de que, em matéria de ética da informação, a responsabilidade do filósofo é a de apresentar a ética como sendo a própria inseparabilidade entre a forma ética e a ação ética.

2.10 Rousseau e a ação ética como ação virtuosa

⁸ O processo da *perda* da forma originária, pelo qual se opera a deformação da estátua de Glauco, é subdividido, em *A República* de Platão, em três experiências condutoras pelas quais a alma-estátua se deforma: 1) a quebra, 2) o desgaste, 3) a deterioração: “devido ao facto de, das partes antigas do seu corpo, umas se terem *quebrado*, outras estarem *gastas*, e todas *deterioradas* pelas ondas” (2001, pas. 611d, p. 480).

⁹ As aquisições deformantes [da primitiva estátua] encontram-se representadas, em *A República*, por três figuras — 1) conchas, 2) algas, 3) seixos — que “se sobrepueram” (Platão, 2001, pas. 611d, p. 480) na alma-estátua de modo a torná-la pouco aparentada ao divino.

A ação ética, à luz da alegoria da estátua de Glauco em Rousseau, é a que busca a virtude como forma de escapar tanto dos excessos quanto das faltas que deformam a forma ética.

2.11 A ação ética e os conteúdos do excesso na era da informação

Na perspectiva platônica em torno do tema da estátua de Glauco marinho, a forma ética é deformada pelo excesso ao acrescentar corporeidades em forma de algas, conchas e seixos em uma alma originalmente transcendente. Em Rousseau, essas corporeidades são os penduricalhos das falsas opiniões que, longe de alimentarem o *ethos* da alma-cidade com a verdade autêntica, o envenenam com os lixos dos falseamentos. As algas seriam as vaidades que balançam inconsistentemente ao sabor dos ventos e que modelam falsas necessidades em face do que eticamente deveria ser considerado como vãs superfluidades; as conchas, em Rousseau, aparecem como símbolos dos *loci* interiores nos quais se abrigam as vidas privadas que deformam o estatuto público, as bolhas privadas que deformam o estatuto ético da lei pública, os privilégios caprichosos que deformam a vontade geral; os seixos são os símbolos dos falsos relevos moldados por interesses privados que deformam o interesse público ao criar falsas relevâncias.

2.12 A ação ética e os conteúdos da falta na era da informação

Em Rousseau, a forma ética também é deformada pela falta. A substância ética da alma humana, uma vez subtraída em razão das quebras, dos desgastes e das deteriorações desencadeadas pelas intempéries dos interesses sociopolíticos, pelas tempestades das histórias, se vê entristecida pela diminuição do seu *conatus*; humilhada ao terminar em uma postura rastejante; indigente por ser alimentada apenas do lixo das opiniões, em vez das verdades que lhe são próprias; alienada por haver se perdido a si mesma em favor de lugares alheios; desarrazoada por estar fora de si; esquecida de si mesma por haver quebrado os moldes de sua própria memória; desgastada por haver perdido os pedaços do seu próprio tempo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a ética da informação inclui, como sugere a própria arquitetura do termo “informação”, pensar a *indissociabilidade* entre a *forma* e a *ação*. O mito de Glauco e Cila, assim como a alegoria da estátua de Glauco, sugere que a forma ética originária é intrinsecamente frágil, facilmente desnaturada pelas ações mediadas por interesses e paixões concupiscentes. Glauco, ao buscar Cila obsessivamente, desnatura-se ao afastar-se de sua própria beleza originária, e Cila, por sua vez, torna-se a manifestação trágica dessa

desnaturação. Tanto em Platão quanto em Rousseau, o mito serve como um lembrete poderoso da necessidade de cultivar virtudes que resistam à monstruosidade ética. O monstro Cila, em sua qualidade de espelho da monstruosidade do Glauco marinho, ilustra a dessemelhança evidente entre a imagem de um monstro e a imagem de um deus.

Contudo, como diz Platão, se [a alma-cidade], arrebatada por um impulso de amor à sabedoria, saísse do mar em que se encontra atualmente, arrancando as algas, as conchas e os seixos que a deformam por excesso e recuperando para si os pedaços de sua própria substância, sem os quais ela permaneceria deformada pela indigência, talvez voltasse a assumir a aparência divina originária.

Reconduzindo tal experiência de arrebatamento para o caso de uma sociedade que busca encontrar sua forma e ação ética na imagem de uma verdadeira “sociedade da informação”, se poderia dizer que a responsabilidade ética, nesse caso, se traduziria em aceitação do desafio de realizar a harmonia entre o *ethos* da contemplação filosófica e o *daimon* da ação política, desafio este já assinalado na célebre passagem de *A República*, em que Platão (2001, V, 473 d, p. 251) escreve:

Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que actualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Glaucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o género humano.

O mito do Glauco marinho de Platão, em sua releitura feita por Rousseau, surge nesse contexto para assinalar que não haverá tréguas dos males enquanto não vigorar o reconhecimento de que o indivíduo humano, mesmo no seio da mais corrupta sociedade, permanece essencialmente bom e livre para ativar o poder alquímico da transformação que o torna aparentado ao divino.

Essa alquimia é retratada nos textos platônicos e rousseauianos que assinalam o caráter transformador e divinal do amor à verdade enquanto fundamento do imperativo infoético do *ser veraz*. O maravilhamento com que a filosofia tem início é acompanhado do arrebatamento do impulso à verdade e de uma reforma na alma dirigida a uma forma mais aparentada ao divino.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Ana Maria Valente. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196.

JAEGGER, Werner. **Paideia**: A formação do homem grego. Tradução Arthur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa; Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, Immanuel. Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade. *In*: KANT, I. **A Paz Perpétua e outros Opúsculos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 173-179.

OURO, Lethícia. **Estátuas e Homens**: sobre uma passagem do “Sofista” de Platão. Seminário Archai. Canal Archai UNESCO Chair UnB, Brasília, 26 ago. 2020. 1 vídeo (ca. 82 min), color., pt., s/leg., son. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ODGKyCJ7X6A>. Acesso em: 12 set. 2020.

OVÍDIO. **Metamorfoses**. Tradução Vera Lucia Leitão Magyar. São Paulo: Madras, 2003.

PLATÃO. **As Leis**, ou da legislação e epinomis. Tradução Edson Bini. 3. ed. Bauru, SP: Edipro, 2010.

PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discours sur l’origine de l’inegalité. *In*: ROUSSEAU, J.-J. **Œuvres Complètes**. Paris: Gallimard, 1964. 5 v., v. 3. p. 131-194.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Émile ou de l’Éducation. *In*: ROUSSEAU, J.-J. **Œuvres Complètes**. Paris: Gallimard, 1969. 5 v., v. 4, p. 241-868.